



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

DJALMA DA SILVA NASCIMENTO

**ALTERAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS NA COMUNIDADE
DA PENHA/PB DECORRENTES DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO**

JOÃO PESSOA-PB

Junho/2016

DJALMA DA SILVA NASCIMENTO

**ALTERAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS NA COMUNIDADE
DA PENHA/PB, DECORRENTES DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO.**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia como requisito e cumprimento às exigências para obtenção do grau de bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Viana de Lima.

Co-orientadora: Msc. Jussara Freire de Souza Viana.

João Pessoa – PB.

Junho de 2016

Catálogo na publicação
Universidade Federal da Paraíba
Biblioteca Setorial do CCEN
Bibliotecária Josélia M. O. Silva – CRB15/113

N244a Nascimento, Djalma da Silva.
Alterações sociais, econômicas e ambientais da Penha-PB de
correntes do processo de urbanização / Djalma da Silva Nascimento.
– João Pessoa, PB, 2016.
54p. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal
da Paraíba.
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Viana de Lima.
Co-orientadora: Profa. Msc. Jussara Freire de Souza Viana.

1. Geografia urbana. 2. Expansão urbana. 3. Alterações sociais e
econômicas. 4. Impactos Ambientais. 5. Segregação espacial. I. Título.

BS-CCEN

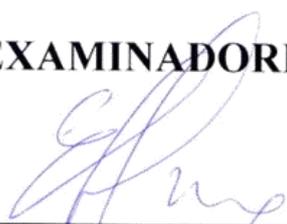
CDU 911.375(043.2)

Djalma da Silva Nascimento

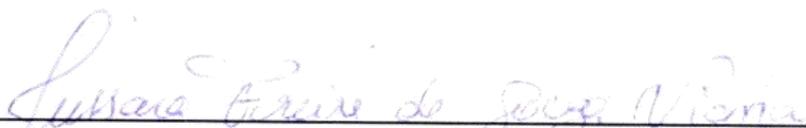
Alterações Sociais, Econômicas e Ambientais na Comunidade da Penha-PB decorrentes do Processo de Urbanização

Monografia apresentada como cumprimento às exigências para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba.

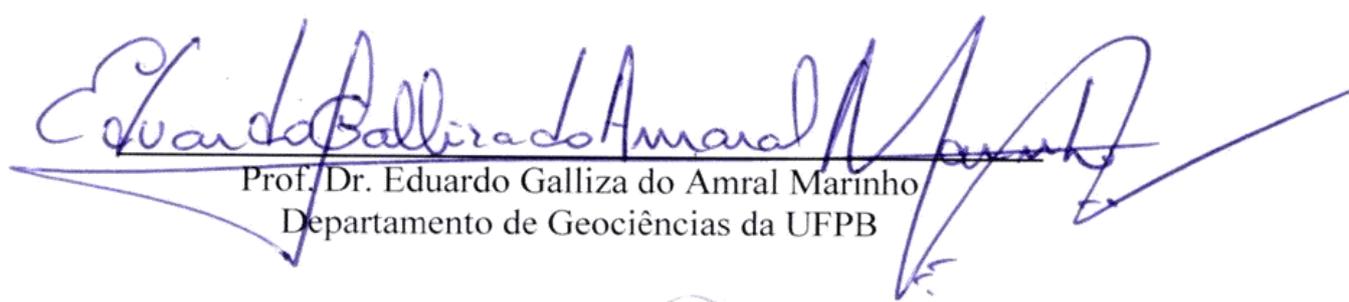
EXAMINADORES



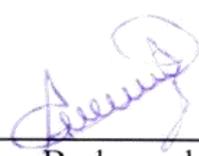
Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Viana de Lima (Orientador)
Departamento de Geociências da UFPB



Doutoranda Jussara Freire de Souza Viana (Coorientadora)
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da UFPE



Prof. Dr. Eduardo Galliza do Amral Marinho
Departamento de Geociências da UFPB



Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva
Departamento de Geociências da UFPB

João Pessoa – PB
Junho, 2016

Dedicatória:

Dedico este Trabalho a toda minha família, especialmente a minha mãe pelo apoio, amor, incentivo e insistência em toda essa caminhada.

Agradecimentos

A Deus que, preservou a minha vida com saúde para durante essa caminhada concluir esta tarefa com afinco, amor e satisfação.

A minha família, minha esposa e meus filhos, que nos momentos mais difíceis foram o meu porto seguro, me apoiando, me incentivando dando a mim força e estímulo para continuar a caminhada.

A minha irmã Adriana, especialmente, pois foi ela quem mais me ajudou durante esta etapa final na universidade participando ativamente com as correções e dicas de leituras, assim como todo incentivo para que o trabalho fosse concluído com êxito.

A minha mãe Dona. Nenzinha, por acreditar neste sonho, transformado agora em realização, suas orações, seu amor e seu enorme incentivo foram decisivos para que eu continuasse mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos e professores que foram importantes na minha formação acadêmica e profissional.

SUMÁRIO

Resumo	
Lista de Figuras	
Lista de Gráfico e Tabelas	
Lista de Siglas	
Introdução.....	14
CAPÍTULO I - Processo histórico do crescimento das cidades.....	21
1.1 História de formação da área de estudo.....	23
CAPÍTULO II - Características da área de estudo.....	26
2.1 Infraestrutura Física e Social.....	26
CAPÍTULO III - Transformações no Bairro da Penha.....	29
3.1 Evolução espacial e seus aspectos.....	31
CAPÍTULO IV - Relação entre as dimensões socioculturais e socioeconômicas.....	35
4.1 Alterações sociais espaciais e socioeconômicas da comunidade.....	37
4.2 Aspectos culturais e turismo.....	42
CAPÍTULO V - Alterações Ambientais Decorrentes do Processo de Urbanização	
Local.....	45
5.1 Ações que contribuirão para sanar a problemática ambiental local.....	50
12 Considerações Finais.....	51
13 Referências Bibliográficas.....	53

RESUMO

O trabalho ora exposto trata da questão da expansão dos espaços urbanos litorâneos em decorrência da pressão dos empreendimentos imobiliários e da implementação dos equipamentos turísticos, intensificados no decorrer dos últimos trinta anos. Através desse estudo apontaremos as principais mudanças no âmbito ambiental, social e econômico no bairro da penha e que estão relacionadas com a intensificação do processo de urbanização tanto na área em estudo como também em seu entorno, alterando e causando consequências ao cotidiano da comunidade. Conhecer a história, a cultura e as demais características da comunidade permitirá identificar dentro do processo as transformações, os agentes transformadores, o papel do estado e os impactos sofridos pelos envolvidos mediante a expansão urbana ocorrida.

Palavras-chave: expansão urbana, alterações sociais e econômicas, impactos ambientais, segregação espacial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

Mapa 01: Bacias hidrográficas dos rios do Cabelo e Jacarapé.....	18
Mapa 02: Implantação dos conjuntos habitacionais em João Pessoa.....	21
Mapa 03: Localização da Penha.....	25
Mapa 04: Uso do solo do Bairro da Penha – 1944.....	29
Mapa 05: Uso do solo do Bairro da Penha – 1970.....	30
Mapa 06: Uso do solo do Bairro da Penha – 1985.....	30
Mapa 07: Uso do solo do Bairro da Penha- 2015.....	31
Mapa 08: Uso e ocupação do solo do Município de João Pessoa.....	38

FIGURAS

Figura 01: Foto aérea da Penha	17
Figura 02: Foto da Av. Epitácio Pessoa em 1936.....	22
Figura 03: Foto Av. Hilton Souto Maior.....	23
Figura 04: Imagem de Satélite com localização do Bairro da Penha.....	24
Figura 05: Foto da atividade pesqueira tradicional na Penha.....	26
Figura 06: Foto de Residências da Beira Mar.....	27
Figura 07: Foto de Escola pública municipal e USF.....	27
Figura 08: Foto da Praça Oswaldo Pessoa.....	27
Figura 09: Foto da vila dos pescadores.....	28
Figura 10: Foto aérea da Penha.....	34

Figura 11: Foto da entrada do Condomínio Cabo Branco Prive (Portal do Sol).....	38
Figura 12: Foto da Associação de Lazer AABB na praia da Penha.....	38
Figura 13: Foto das embarcações de pesca praia da Penha.....	40
Figura 14: Foto do comercio informal no entorno do santuário.....	41
Figura 15: Foto de Biojoia das sereias da Penha.....	42
Figura 16: Capela de Nossa Senhora da Penha.....	43
Figura 17: Foto de mulher pagando promessa na escadaria da Penha.....	43
Figura 18: Foto da área de mangue na praia da Penha.....	46
Figura 19: Foto de Embarcações turísticas sobre recifes de corais na Penha.....	47
Figura 20: Foto de edificações em meio à vegetação natural.....	48
Figura 21: Foto do Rio Cabelo poluído e com suas margens devastadas.....	49

Lista de Gráfico e Tabelas

Gráfico 01: População feminina e masculina da Penha no ano de 2000.....	39
Tabela 01: População e domicilio da zona leste de João Pessoa.....	39
Tabela 02: Dados correspondentes à composição e faixa etária dos habitantes da Penha..	40

Lista de Siglas

AABB – Associação Atlética do Banco do Brasil
AFRAFEP – Associação dos Fiscais de Renda e Agentes Fiscais do Estado da Paraíba
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAGEPA- Companhia Estadual de água e Esgoto da Paraíba
CIRM- Comissão Internacional para os Recursos do Mar
DSG- Diretoria de Serviços Geográficos do Exército Brasileiro
GERCO- Plano de Gerenciamento Costeiro
GETUR – Grupo Executivo de Turismo – PB
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e da Amazônia Legal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEME – Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
PNGC- Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa
SEPLAN - Secretaria do Planejamento do Município
SEMAN- Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SETUR – Secretaria Executiva de Turismo de João Pessoa
SFH – Sistema Financeiro da Habitação
SUDEMA – Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização brasileira vivenciou nas últimas décadas uma crescente aceleração, associada à industrialização, como também a questões políticas e econômicas, levando a que as áreas urbanas tivessem um acentuado aumento populacional.

No Brasil, o processo de urbanização tomou fôlego a partir da década de 1950, com o crescimento industrial que se intensificou por volta de 1956, com destaque para a indústria têxtil, já que a agricultura e o comércio do café deixavam de ser rentáveis. Nas cidades as indústrias se instalavam onde houvesse infraestrutura, oferta de mão de obra e mercado consumidor.

O crescimento das cidades se deu de forma mais acentuada, notadamente nas zonas litorâneas. No caso da Paraíba, isso ocorreu especialmente no Litoral Sul da capital a partir da década de 1990, João Pessoa, motivado pela especulação imobiliária e pelo estímulo do potencial turístico da área. Diante disso, foi implantada infraestrutura necessária para viabilizar a ocupação da área.

Segundo Silva (2010), no processo de ocupação do litoral sul de João Pessoa, o Estado tem sido o principal agente modificador, na medida em que constrói a infraestrutura (vias de acesso, saneamento, iluminação e comunicação), valoriza esse espaço, preparando-o para a intervenção efetiva do capital.

No bairro da Penha a apropriação do espaço, dado pela urbanização, tem gerado algumas mudanças no cotidiano da comunidade, desde impactos ambientais comprometendo os recursos naturais do lugar, a consequente migração por parte dos pescadores para uma fonte secundária de renda, como também gerando transformações na paisagem local.

Diante do exposto, o presente trabalho aborda como a população do bairro da Penha convive e é afetada pelas transformações no espaço, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais. Pois a área apresenta originalmente resquícios de cobertura vegetal da Mata Atlântica, com os seus vários ecossistemas, então observaremos aqui leis que protegem esse bioma, realizando também um resgate

histórico do lugar e seu processo de construção, a relação de dependência da população local com o meio ambiente.

Quanto à situação econômica identificar qual a maneira que a população e principalmente os pescadores encontraram para substituir sua fonte de renda e subsistência mediante as alterações impostas pelo avanço urbano, como também investigar se ao passo que a expansão acontece a população é ou não beneficiada por obras de infraestrutura urbana.

Justificativa

É importante o desenvolvimento do estudo aqui apresentado, pois são apontadas as transformações ocorridas no bairro da Penha, causadas pelo processo de urbanização, o qual proporciona o atual quadro socioambiental da área. Esse quadro é composto por degradação ambiental significativa e alterações no modo de vida tradicional de pescadores que ocupam a área desde longa data.

Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é fazer uma análise das alterações ambientais sociais e econômicas ocorridas na comunidade pesqueira da Penha ao longo dos últimos trinta anos, motivadas pela intensificação do processo de urbanização.

Como objetivos específicos, estão:

- Mapear como se deram as alterações no uso e ocupação do solo da comunidade através de mapas e imagens de satélite;
- Analisar as alterações ocorridas na comunidade através de dados censitários;
- Identificar os impactos do processo de urbanização e de alterações no uso do solo sobre o ambiente natural;

Procedimentos de Pesquisa

Para a realização da pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Consulta da literatura para contextualizar o estudo;
- Consulta da literatura para obtenção de dados históricos sobre a área de estudo;

- Consulta da literatura para obtenção de dados sobre a realidade da área de estudo;
- Obtenção e tratamento de dados censitários;
- Leitura e interpretação de mapas (1944, 1970, 1985 e 2015) e imagem de satélite recente para gerar uma configuração espacial do processo evolutivo de ocupação;
- Realização de trabalhos de campo para obtenção de registros fotográficos, observações in loco e entrevistas informais com moradores.

Fundamentação Teórica

O Crescimento das cidades veio atrelado a um crescimento urbano desordenado causador de inúmeros problemas, como a falta de infraestrutura adequada para acompanhar a criação de novos bairros e alterações ambientais, por exemplo. Quando esse processo ocorre sem as condições necessárias, produz áreas pobres habitadas por uma população de baixa renda e acentua as desigualdades sociais. Para Sposito (1988), a ausência de infraestrutura é problema urbano considerável:

A falta de coleta de lixo, de rede de água e esgoto, as ruas estreitas para a circulação, a poluição acentuada nas cidades, palco de transformações econômicas, sociais e políticas. (SPOSITO, 1988, fl.69).

As transformações urbanas ocorreram principalmente na zona litorânea. Segundo Almeida et al. (2008), as áreas litorâneas hoje têm problemas relacionados à ocupação desordenada, grande adensamento populacional, poluição das águas, do solo e do ar.

Essa forma de configuração do espaço onde parte da população é favorecida com obras de infraestrutura por parte do Estado e a outra parte é ignorada, forma um quadro social desproporcional. Conforme Santos (1978), o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares.

A expansão urbana pela qual passa alguns lugares e em especial o Litoral Sul de João Pessoa vem acompanhada de alguns problemas socioespaciais urbanos e que devem ser superados. As mazelas sociais como, desigualdades socioeconômicas e

problemas ambientais, atropelam o processo de desenvolvimento e modernização da sociedade como um todo, afastando-os dos seus direitos como cidadãos. Contudo Barbosa (2005) reforça o que está posto:

Uma parcela dos cidadãos acaba tendo mais direito do que a outra, resultando, dessa maneira, num quadro crescente de injustiça social e comprometimento da qualidade de vida. (BARBOSA, 2005, fl. 44).

No que se refere ao bairro da Penha, algumas mudanças nos quadros socioeconômico e ambiental foram percebidas através do crescimento das cidades, não apenas na área do bairro, mas no seu entorno, afetando o cotidiano dos habitantes locais.

No que se diz respeito ao ambiente natural na área da Penha, são identificadas alterações provocadas pela ocupação urbana em áreas de restrição ambiental. De acordo com Silveira et al. (2015), as áreas com restrições à ocupação estão ocupadas em até 75%, portanto, há uma significativa alteração por parte do processo da ocupação em espaços restritos.

O Litoral Sul de João Pessoa tem suas comunidades compostas em sua maioria por pescadores, agricultores e famílias, que de algum modo têm sua base econômica ligada a recursos oriundos do mar. Segundo Silva (*apud* CIACCHIET et. al., 2004a), as comunidades do litoral paraibano são, basicamente, compostas por pescadores artesanais ou pescadores e agricultores, possuidores de sistemas próprios de manejo sustentado dos recursos naturais (mar, rios, mangues, etc.).

Para as comunidades litorâneas a pesca de subsistência ou artesanal é realizada com o objetivo de obtenção de alimento, não tendo exclusivamente finalidade comercial, e é praticada com técnicas rudimentares, segundo Dias et al. (1996).

A significação do universo da pesca artesanal para Diegues (1983) está contida em um conjunto de elementos singulares. Do ponto de vista de sua organização interna, destaca-se o fato de constituir uma atividade econômica que dependa das forças naturais, cujos reflexos imediatos atuam na regularidade da captura, na geração do excedente e nos grupos ou classes sociais envolvidos.

O bairro da Penha como mostra a foto da figura 01, encontra-se dentro de um importante bioma, o da mata atlântica, que por sua vez compreende uma rica biodiversidade.

Nesse bioma existem vários ecossistemas característicos de zonas costeiras, destacando-se o de mangue, o qual vem sofrendo uma forte degradação ambiental.

Mangue é um tipo de ecossistema que pode ser encontrado em algumas partes do planeta.

O mangue é um terreno baixo, junto à costa, sujeito as inundações de maré, na quase totalidade constituído de lama, depósitos recentes. Manguezal trata-se do sistema ecológico costeiro tropical dominado por espécies vegetais e animais adaptados a um solo periodicamente inundado pelas marés, com grande variação de salinidade. Um dos ecossistemas mais produtivos do planeta. (DIEGUES, 1996, fl.155).

Problemas ambientais oriundos do processo de urbanização vêm sendo percebidos na bacia hidrográfica do rio Cabelo representado no mapa 01 abaixo, o mesmo desemboca nas praias da Penha e Seixas e compreende uma área de mangue.

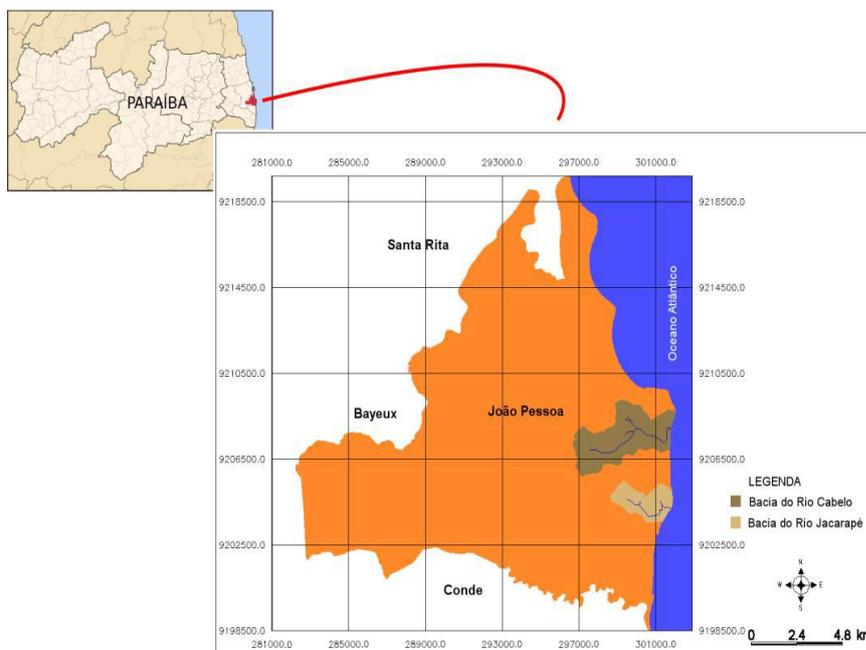
Figura 01: Foto aérea da Penha



Foto: Acervo: Ligia Tavares (2005)

Segundo Brito et al.(2010), as áreas de interesse para a preservação existente nas bacias são os manguezais nas desembocaduras dos rios, na Planície Litorânea, e remanescentes de Mata Atlântica, localizadas nas vertentes e fundos de vale.

Mapa 01: Bacias hidrográficas dos rios Cabelo e Jacarapé.



Fonte: Acervo, Brito (2010).

Com a ocupação desordenada da zona costeira pela sociedade, fez-se necessário garantir a preservação do meio ambiente, através de leis e estratégias que envolvessem a sua conservação, já que é de suma importância que as comunidades encontrem formas para viver de forma mais harmônica. A existência do amparo legal é de grande importância para conservação e proteção do ambiente costeiro.

Pela Constituição Federal brasileira, no art.225, § 4º, a Zona Costeira é considerada patrimônio nacional, assim sendo espera-se que utilizem os recursos advindos da natureza, com zelo e respeito voltados à preservação do meio ambiente.

Nesse caso, surgiu a necessidade de um plano ou estratégia que defendesse a zona costeira como um todo. Dessa forma, em 1987 a Comissão Internacional para os Recursos do Mar (CIRM), firma o Plano de Gerenciamento Costeiro (GERCO), que traz o objetivo de estruturar o planejamento e a gestão da Zona Costeira.

No ano seguinte, surge a Lei 7.661, de 16 de maio de 1988, denominado Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), que definiu em seu art.2º, parágrafo único, que a Zona Costeira é um espaço onde ar, mar e terra interagem, e onde seus recursos renováveis ou não estão inclusos.

Mediante o decreto n 12.695, de 16 de fevereiro de 1989, aprova-se o Regimento Interno da Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro (COMEG/PB), e dá-se outras providências.

A legislação municipal, que compreende a lei orgânica do município de João Pessoa, tem em seu arcabouço se preocupado com a questão ambiental, e em seu artigo 175 estabelece que:

A zona costeira no território do Município de João Pessoa é patrimônio ambiental, cultural, paisagístico, histórico e ecológico, na faixa de quinhentos metros de largura, a partir de preamar, da sizígia, para interior do continente, cabendo ao Município sua defesa e preservação.

A Legislação Estadual, através da Lei nº 6.002, de 29 de Dezembro de 1994, Institui o Código Florestal do Estado da Paraíba, e dá outras providências. Em seu artigo 2º estabelece que a Política Florestal do Estado tenha por fim o uso adequado e racional dos recursos florestais, com base nos conhecimentos ecológicos, visando à melhoria da qualidade de vida da população e a compatibilização do desenvolvimento sócioeconômico com a preservação do ambiente e do equilíbrio ecológico.

A Lei 7.507 de 12 de Dezembro de 2013 institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado da Paraíba e em seu art. 7, inciso III são contemplados diversos instrumentos, dentre eles a avaliação de impacto ambiental.

A Lei nº 11.428, 22 de Dezembro de 2006, como já o fazia antes o Decreto nº 750 de 1993, incluiu como ecossistemas associados ao da Mata Atlântica às restingas e os manguezais, entre outros típicos da Zona Costeira Brasileira, emprestando-lhes assim o nível de proteção constitucional do bioma Mata Atlântica, como consequência da constatação da necessidade de proteção a todos os processos de interação de fauna e de flora que compõem a região litorânea brasileira.

I - Processo histórico do crescimento das cidades

O processo de urbanização das cidades acontece de forma rápida e transformadora do espaço. Segundo Macêdo (2009), a urbanização no Brasil constitui um fenômeno da segunda metade do século XX e pode ser considerado um fenômeno recente.

Impulsionado pela industrialização, processos políticos e desenvolvimento econômico são alguns fatores que contribuem para o processo de urbanização e está, no êxodo rural onde o excedente de mão de obra sai do campo em direção as cidades, aumento do poder aquisitivo da população e inovações tecnológicas por exemplo.

Na Paraíba a urbanização atrelada à indústria surge com certo atraso frente a outros centros do país, inicia-se em Santa Rita nas terras do antigo engenho, da Companhia de Tecidos Paraibana (Fábrica Tibirí) e em Rio tinto no ano de 1924, nas terras do engenho Preguiça da família Lundgren formadores do poderoso grupo Casas Pernambucanas Melo (1993).

Segundo Melo (1993), entre os anos de 1910 e 1924, a capital vivenciou o progresso provocado pela abertura de novos bairros, no governo de João Pessoa (1928/1930), uma estrada foi aberta ligando o centro da cidade em direção ao mar e logo depois no governo de Argemiro de Figueiredo (1935/1940), a estrada de barro passa por uma transformação, de simplória estradinha a uma larga avenida a então Avenida Eptácio Pessoa que viabilizaria o acesso do centro ao litoral.

Figura 02: Foto da Av. Eptácio Pessoa em 1936



Fonte: Humberto Nóbrega (1936).

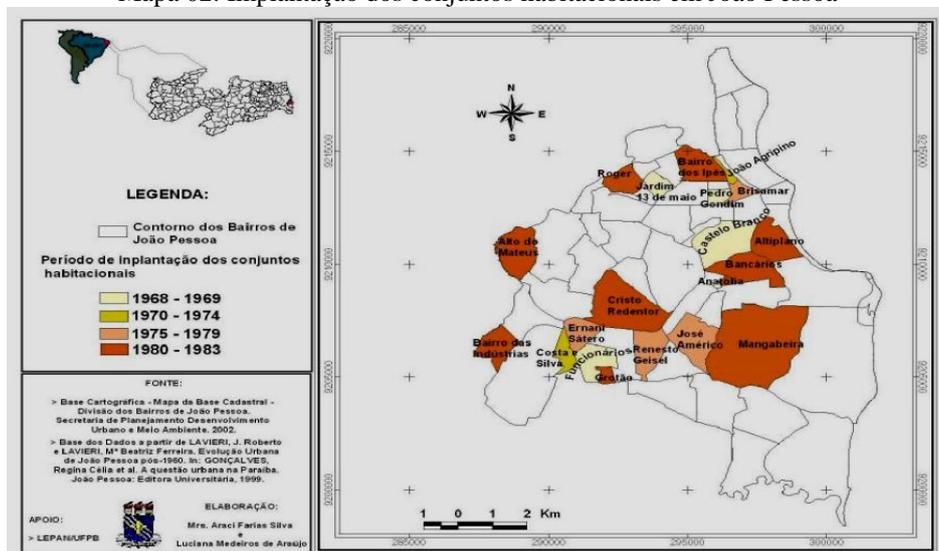
Após 1960, o processo de urbanização toma fôlego e aparece como resultado da política de industrialização do Estado.

A nossa urbanização será marcada ainda pelo golpe de Estado de 1964, cujo evento aparece como um marco importante para a história urbana do Brasil. (Santos, 1993, fl.36).

No ano de 1964, durante o regime militar foram implantados na Paraíba o sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), que abriram as portas para construções de conjuntos habitacionais na cidade de João Pessoa. Segundo Laviere (1999), em João Pessoa os conjuntos habitacionais passaram a constituir um elemento chave para a reordenação da estrutura urbana funcionando como vetor de direcionamento da cidade para o sul e sudeste.

O SFH e o BNH, como financiadores da construção civil que, conseqüentemente erguiam os conjuntos habitacionais da capital conforme mapa 02 abaixo, acabaram por valorizar o metro quadrado do solo urbano e assim a classe menos abastada não mais podiam pagar para morar em tais lugares dando início a construções irregulares as margens da capital do estado, a periferia, assim surgindo às favelas, por exemplo, a favela Beira Rio em 1969, hoje chamadas de comunidade.

Mapa 02: Implantação dos conjuntos habitacionais em João Pessoa



Fonte: Acervo, Araújo (2006).

Com o passar de alguns anos, precisamente na década de 1980, segundo Lago et al. (1998), o processo de urbanização estará atrelado ao crescimento das periferias urbanas, do crescimento desordenado causando inúmeros problemas socioambientais como, construção de habitações em áreas de risco e modificação dos sistemas naturais.

O governo do estado desempenha papel fundamental na urbanização do litoral sul levando infraestrutura como, pavimentação, sistema de água e esgoto, comunicação e iluminação responsáveis pela expansão urbana e turística dessa área segundo Luchiari (1999) a urbanização e o turismo são os principais vetores responsáveis pela transformação contemporânea do litoral,

Os condomínios residenciais privados surgem no final da década de 1990 no Litoral Sul, bem como as pousadas e clubes de lazer. A reforma da antiga estrada da Penha também se deu nesse período e recebeu o nome de Avenida Hilton Souto Maior conforme mostra foto da figura 03 abaixo, dando acesso direto ao bairro da Penha. O processo de urbanização nessa área se intensifica a partir dessa década, de forma transformadora do espaço mesmo que lentamente.

Figura 03: Foto da Av. Hilton Souto Maior.



Fonte: Moraes (2007).

1.1 História de formação da área de estudo

O território paraibano atualmente, segundo Silva et al. (2003), é constituído por 223 municípios e tem uma extensão de 56.584,6 km². A ocupação foi iniciada pelos portugueses quase cem anos depois do “descobrimento” do Brasil.

No ano de 1585, segundo Lima et al. (2004), fundou-se a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves. Em 1634, foi chamada de Frederica, passou a ser Parahyba em 1654 e por fim João Pessoa em 1930. Inserida nesse contexto da formação da capital do estado, o bairro da Penha surgiu na antiga granja Aratu, denominada assim por estar localizada na praia do Aratu, como antes era conhecida.

Segundo Roberval Borba, morador da Penha, Carmelo Santos Coelho, patrono da cidade, doou terras para que as pessoas começassem a ocupar o local, iniciando-se pela vila de pescadores e por último na área que hoje é a Praça Oswaldo Pessoa, onde está situada a capela de Nossa Senhora da Penha. A construção da capela teve início no de 1763 do século XVIII, pelo português Silvío Siqueira.

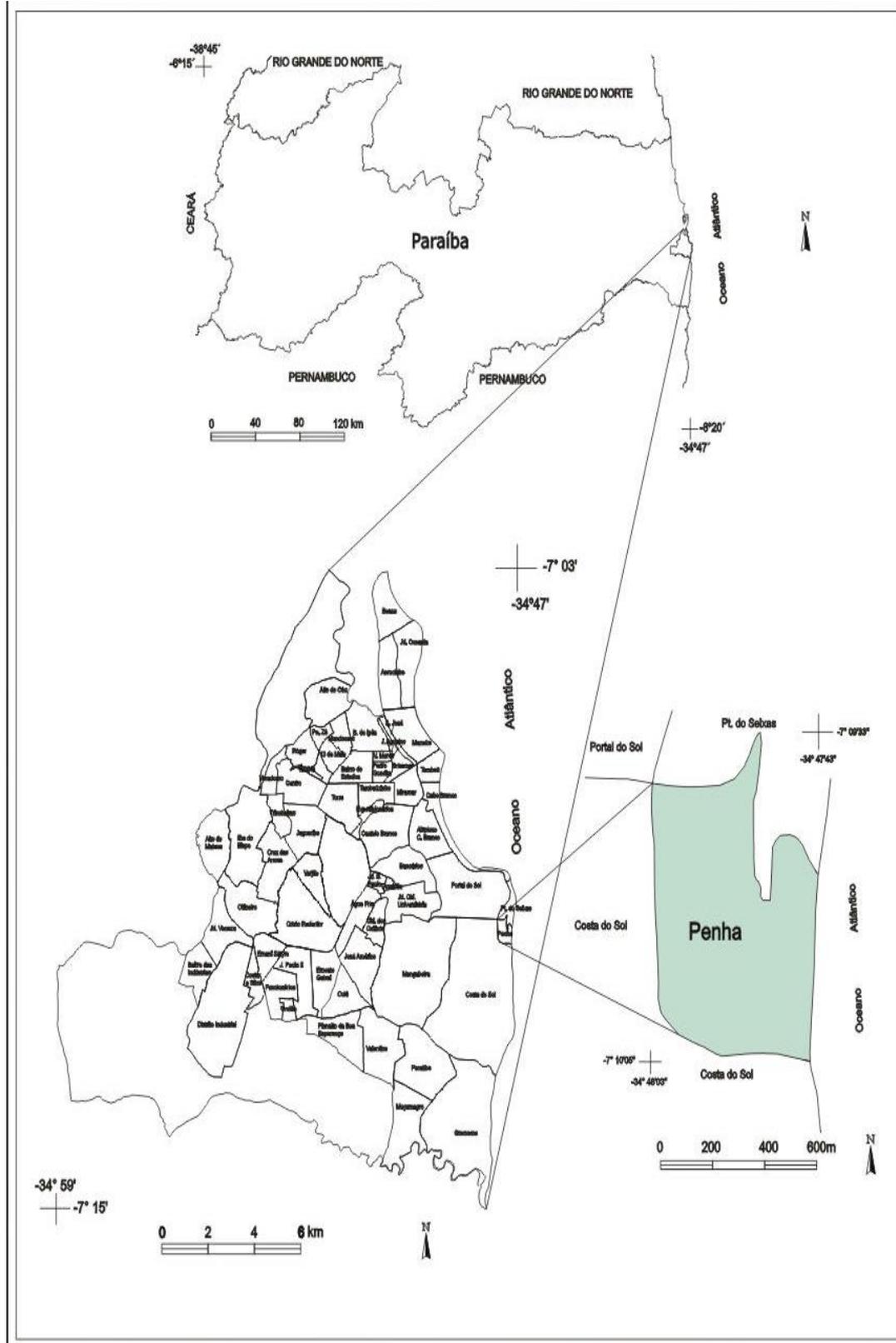
O bairro da Penha está localizada no litoral sul de João Pessoa como mostra a imagem de satélite representada na figura 04 e no mapa 03 abaixo, encontra-se 14 km distante do centro da capital, ao norte limitando-se com a Ponta do Seixas, ao sul com Jacarapé, a leste com Oceano Atlântico e a oeste com o Altiplano Cabo Branco.

Figura 04: Imagem de Satélite com localização do Bairro da Penha



Fonte: Secretaria do Planejamento/Prefeitura Municipal de João Pessoa (2007).

Mapa 03: Localização da Penha



Fonte: Mapa base da PMJP/SEPLAN, 1999. Organizado por Alzení G. da Silva e Arinaldo.

II Características da área de estudo

A comunidade da Penha passou a ser reconhecida como bairro desde 04 de setembro de 1998, pela Lei Municipal nº 1.574. Segundo Silva (2006), o bairro da Penha divide-se em Penha de Baixo, sobre um terraço costeiro, Penha de Cima, Vila dos Pescadores e Loteamento Nossa Senhora da Penha.

Como destaques das características físicas, destacam-se o recuo das planícies arenosas devido à erosão causada pelo avanço do mar, e a presença ainda de resquícios de mata atlântica.

Quanto às atividades econômicas, não há expressividade no comércio e no setor de serviços, mas percebem-se atividades rurais residuais, e atividade pesqueira tradicional artesanal como se vê na foto da figura 05, ou seja, desprovida de técnicas elaboradas ou industriais.

Figura 05: Foto da atividade pesqueira tradicional na Penha



Fonte: Acervo, Djalma Nascimento (2016).

2.1 Infraestrutura física e social

Diante do processo de urbanização do litoral sul, o estado preocupado com a ocupação dessa área procurou valorizá-la implantando infraestrutura necessária para atender sua expansão, viabilizando vias de acesso, saneamento, iluminação e comunicação, incorporando áreas periféricas ao processo, como também atraindo investimentos e serviços.

A comunidade da Penha, por volta de 1965, segundo os moradores mais antigos, foi dividida em três aglomerados, o da Praça Oswaldo Pessoa, o da Beira Mar e o da Vila dos Pescadores.

No aglomerado da Beira Mar representado na foto da figura 06, muitas das moradias são utilizadas como domicílio e comércio sendo esse último meio de subsistência e renda para os moradores através da implantação de mercadinhos, bares e mercearia. As ruas não são pavimentadas e o saneamento básico não os atende.

Figura 06: Foto de Residências da Beira Mar



Fonte: Acervo, Alzení G. Silva (2006).

Os moradores da parte alta do bairro, os da Praça Oswaldo Pessoa são os que estão melhores providos de alguma infraestrutura, e lá se encontra o Santuário de Nossa Senhora da Penha e o cemitério do bairro. Nessa área estão às residências que ficam próximas aos estabelecimentos comerciais e de serviços, assim como uma Unidade de Saúde da Família como mostram as fotos das figuras 07 e 08, associação de moradores e igreja evangélica.

Figura 07: Foto de Escola pública municipal e USF. Figura 08: Foto da Praça Oswaldo Pessoa.



Fonte: Acervo, Djalma Nascimento (2016).

Fonte: Acervo, Djalma Nascimento (2016).

Os residentes da Vila dos Pescadores ou Vila Bela Vista como mostra a foto da figura 09 abaixo, que margeia a PB 008, tem o mesmo modo de vida em relação a infraestrutura física e social semelhante dos que residem à beira mar e aos que ocupam a parte alta da Penha, os da Praça Oswaldo Pessoa. Segundo Barbosa (2005), quanto a infraestrutura e serviços básicos a Penha é muito carente na questão sobre o destino dos esgotos e existência de calçamento.

Figura 09: Foto da vila dos pescadores.



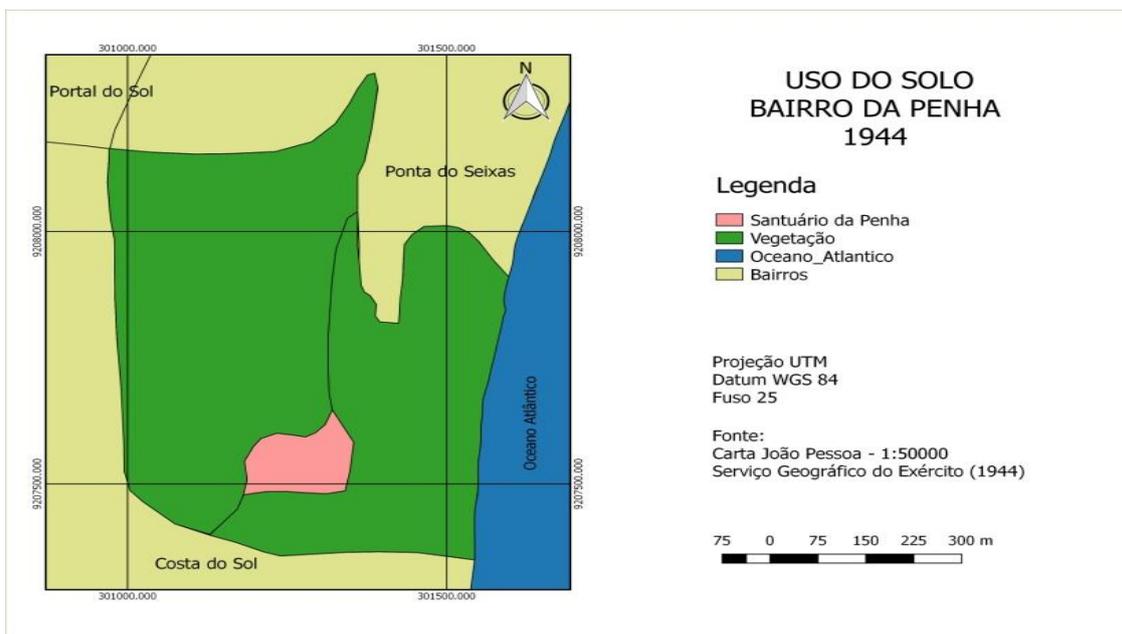
Fonte: Acervo, Alzení G.Silva (2005).

Segundo dados do Ministério da Saúde (2015), a população estimada do bairro da Penha é de 917 habitantes. Mesmo sendo um bairro da capital do estado, a infraestrutura é precária e inadequada para atender aos moradores e visitantes do lugar.

III Transformações no bairro da penha

As transformações ocorridas no bairro da Penha percorre um espaço de tempo no qual a paisagem natural foi sofrendo alterações pela ação do homem que movido por seus interesses econômicos, sociais e de lazer, modificaram e acentuaram de forma definitiva as transformações do lugar. É o que fica demonstrado nestes mapas a seguir, começando pelo ano de 1944 conforme se observa a área de vegetação encontra-se cercado o entorno do santuário da Penha onde já havia a época uma pequena comunidade de pescadores locais morando ainda em cabanas de palha a beira mar, havia também o desenvolvimento dos bairros periféricos da orla de João Pessoa.

Mapa 04: Uso do solo do Bairro da Penha – 1944



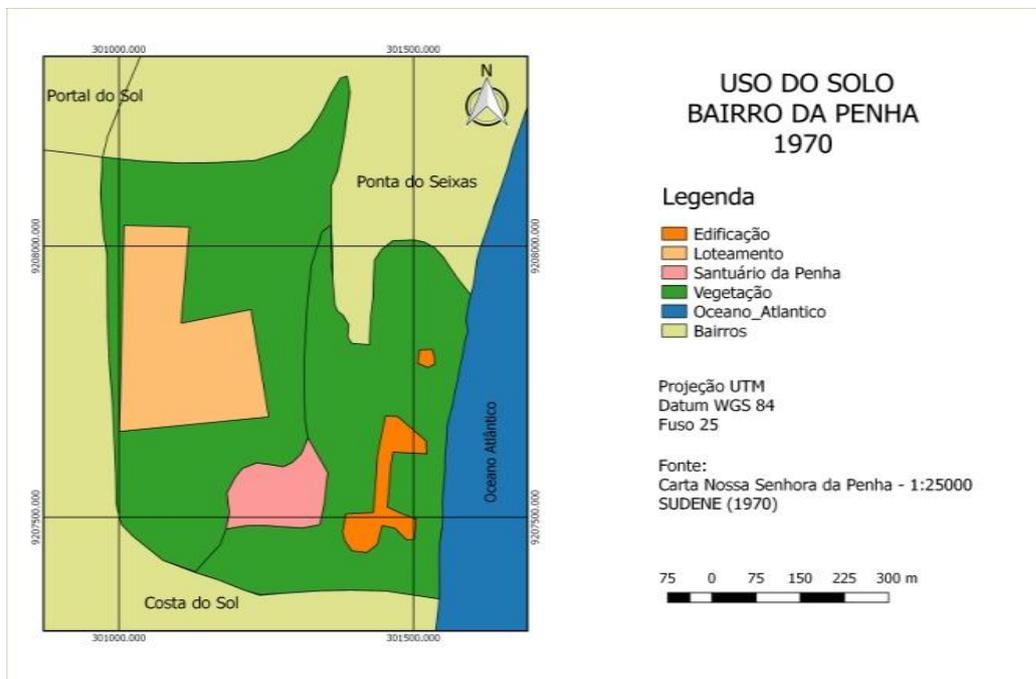
Fonte: Acervo, Serviço Geográfico do exercito (1944).

Nos mapas a seguir do ano de 1970 e 1985 já é possível observar um acréscimo da área construída com a chegada das edificações a beira mar, ou seja, os primeiros condomínios residências, assim como a construção das primeiras casas de alvenaria, com isso pode-se ver a diminuição da vegetação, o loteamento das terras para a construção de casas de alto padrão, comercio e áreas de lazer.

A intensificação do crescimento das cidades interfere potencialmente na configuração da paisagem. A ação antrópica propicia mudanças não somente na natureza, mais na própria realização do trabalho da comunidade local dos pescadores

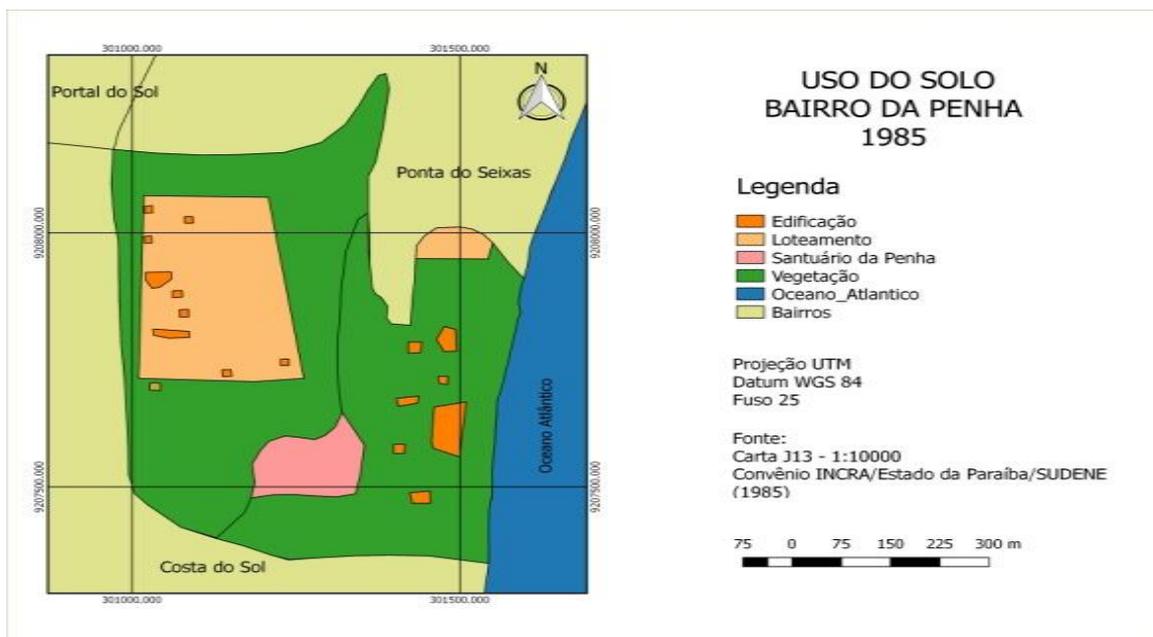
artesanais, atraindo-os para outras formas de trabalho próprias do mundo urbanizado e tecnológico.

Mapa 05: Uso do solo do Bairro da Penha – 1970



Fonte: Acervo, SUDENE (1970).

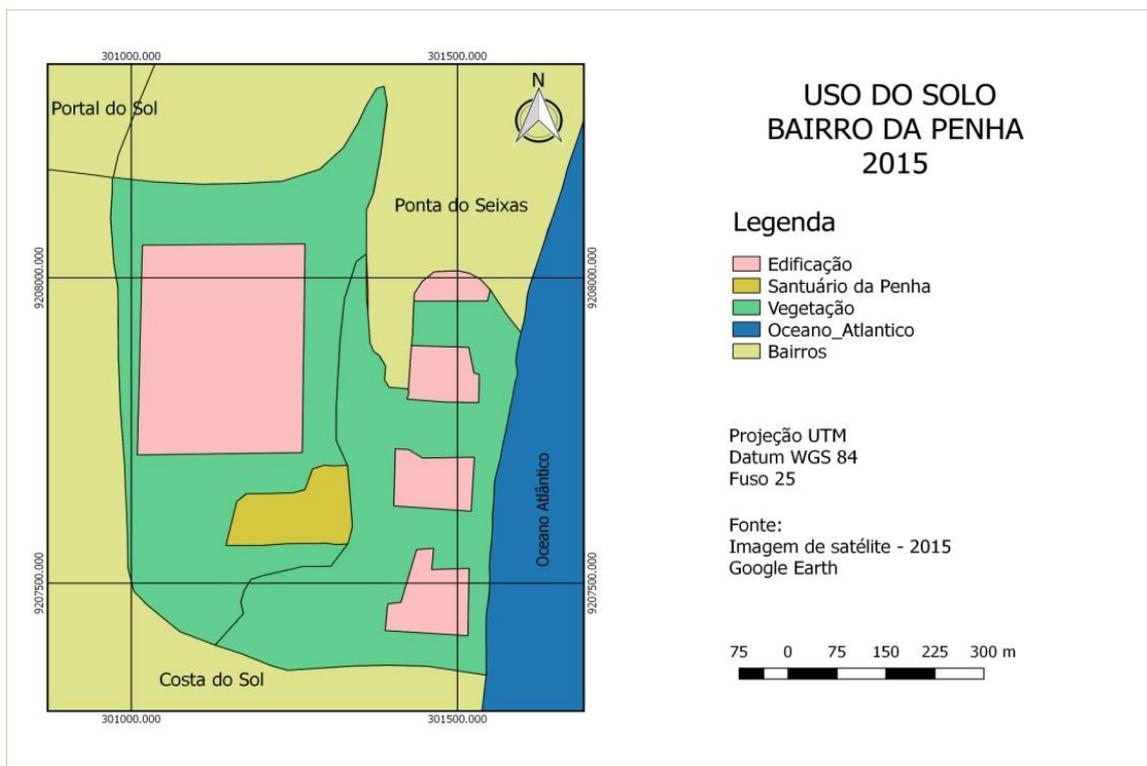
Mapa 06: Uso do solo do Bairro da Penha – 1985.



Fonte: Acervo, INCRA/Estado da Paraíba /SUDENE (1985)

Conforme o mapa de 2015 em comparação com os mapas anteriores há um crescimento acentuado das áreas edificadas, isto representa os condomínios modernos, os clubes de lazer e veraneio, as edificações de comércio. Significa também que a vegetação natural teve de dar lugar a estas construções e trouxe como resultados a poluição dos rios, mangues, ou seja, impactos diretos no meio ambiente deste litoral.

Mapa 07: Uso do solo do Bairro da Penha- 2015



Fonte: Imagem de satélite -2015 Google Earth.

3.1 Evolução espacial e seus aspectos

Quando se fala em evolução espacial, deve-se levar em conta aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais, de turismo e lazer. Pode-se então perceber que as alterações nesses aspectos no bairro da Penha iniciam-se nos últimos trinta anos.

O crescimento populacional faz com que seja necessária a construção de novas moradias e assim a ocupação de mais áreas. Como boa parte da população tem baixo poder aquisitivo, muitas dessas ocupações são erguidas de forma irregular e em áreas impróprias para construção de habitações.

O governo do estado da Paraíba é o principal responsável pela expansão urbana no litoral sul e no bairro da Penha, pois, através das vias de acesso, fomenta a

especulação imobiliária e juntamente com ela a segregação socioespacial local, onde a propriedade privada do solo urbano diferencia o acesso do cidadão à moradia. Segundo Lefebvre (1999), a essência do espaço urbano é a vida cotidiana que nele transcorre.

O crescimento da área urbana de João Pessoa em direção ao litoral sul, da mesma maneira que atrai investimentos e serviços desenvolvendo a área, traz com isso consequências como as desigualdades sociais através da implantação dos condomínios luxuosos e o contraste com os conjuntos habitacionais e seus residentes menos favorecidos, ou seja, a população de baixa renda acaba sendo segregada, deslocada para outras áreas periféricas, ocupando novos espaços.

Este processo de segregação no litoral de João Pessoa, antes de chegar à praia da Penha atingiu antes as comunidades de pescadores de Tambaú e Lucena deslocando-os para áreas periféricas da orla e ocupando moradias subnormais com pouca ou nenhuma estrutura digna para se morar, essa correlação com os moradores de Tambaú é bastante pertinente, pois se assemelha com o processo de ocupação da Penha.

Outra consequência não menos importante é que o crescimento urbano contribui com a degradação dos ambientes naturais, motivada pela construção de vias, complexos comerciais e habitacionais.

Os moradores da Penha, em particular os pescadores, vivenciaram na década de 1990 uma situação desconfortável. Quando residiam à beira mar, foram ameaçados de despejo conforme mandado judicial que os obrigava a desocupar o local onde moravam, no entanto, segundo Silva (2006), resistiram procurando a defensoria pública e descobriram que o solo que ocupavam há décadas pertencia ao Patrimônio da União e devido a isso conseguiram permanecer no lugar onde viviam há muitos anos.

A resistência é representada pelas formas de uso do espaço, consolidadas historicamente, contrapondo-se à homogeneização e à generalização de materiais, desenhos, maneiras de viver, impostos pela indústria do espaço. (SILVA, 2010, fl.07).

Observa-se que as transformações socioespaciais que vem ocorrendo devido à apropriação do espaço por construções de condomínios privados (voltados para o estrato social de alto poder aquisitivo), pelo turismo e por atividades de lazer levam a uma valorização do solo incompatível com a situação da população local.

A valorização dos espaços litorâneos está associada ao processo de urbanização, intensificado nas últimas décadas do século XX, com a implantação da atividade turística que procura novos lugares para instalação de infraestrutura e equipamentos (SILVA, 2010).

A Penha é composta por terras oriundas de uma subdivisão feita das propriedades de Waldir Campelo e Otacílio Silveira, conforme Paes (1994). Por volta da década de 1930, o Governo do Estado adquiriu as terras das fazendas Mangabeira e Penha para explorar a cobertura vegetal e desde essa época aos dias atuais muitas mudanças ocorreram nesse espaço.

As transformações urbanas pelas quais passa o Litoral Sul da capital paraibana estão intimamente ligadas ao Estado e aos agentes capitalistas produtores desse espaço. As ações desses agentes estão atuantes e se acentuam cada vez mais com relação à transformação do espaço urbano.

No ano de 1989, segundo Barbosa (2005), o governo do estado sendo agente fundamental da transformação do espaço urbano, levou para o Litoral Sul infraestrutura para construção do Polo Turístico Cabo Branco, iniciando as mudanças naquela área.

As construções dos condomínios privados horizontais que são erguidos no entorno do bairro em estudo, acabam por alterar a produção socioespacial, conforme Mark Gottidiener:

As mudanças socioespaciais na cidade são reguladas pela lógica da acumulação de capital, e o resultado desse processo numa sociedade capitalista é o desenvolvimento desigual e injustiças sociais que são distribuídas espacialmente e demograficamente. (GOTTIDIENER, 1997, fl.29).

A expansão imobiliária tem transformado a paisagem urbana local, ou seja, para que se ergam edificações parte da vegetação nativa tem que ser extraída, encontrando-se bastante degradada.

Observa-se na imagem abaixo grandes áreas desmatadas na parte de cima da Penha, para dar lugar aos loteamentos dos terrenos, transformando-os em grandes áreas descampadas e em outros casos com construções de condomínios de luxo, clubes sociais

e comercio. Na paisagem da foto a seguir a vegetação natural aparece bastante reduzida, demonstrando assim o resultado da ação do homem, destruindo a paisagem natural para dar lugar a uma paisagem artificializada.

Figura 10: foto aérea da Penha.



Fonte: acervo: Ligia Tavares (2005)

VI Relação entre as Dimensões Sociocultural e Socioeconômica

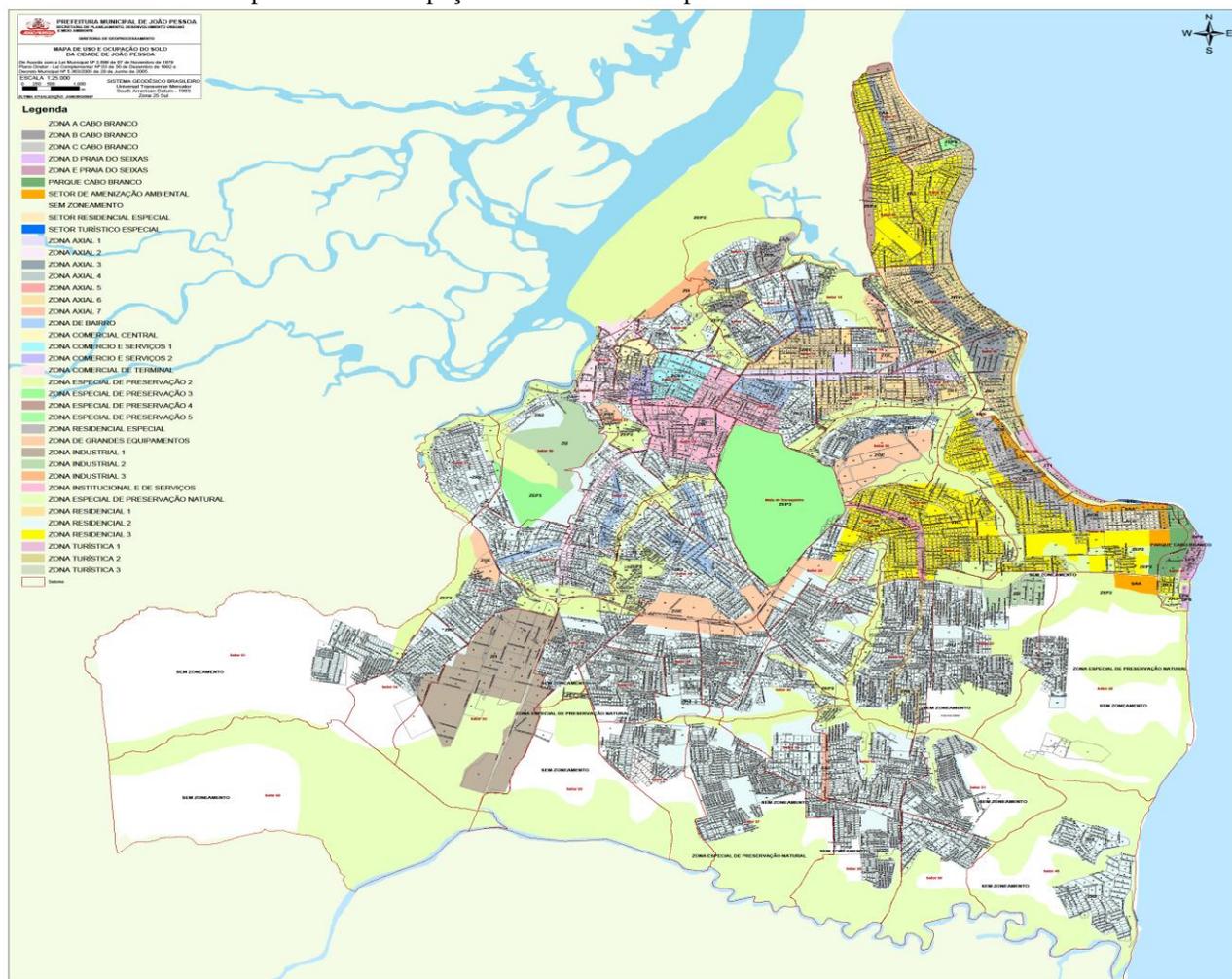
O litoral sul ganha certa valorização com a implantação do projeto Costa do Sol ou Polo Turístico Cabo Branco. A área na qual o projeto do polo foi erguido foi escolhida por se localizar próximo a pontos turísticos como Cabo Branco e Tambaú, e também por se encontrar cercada de uma exuberante paisagem natural e dispor de uma grande oferta de terrenos para sua construção. O polo trata-se de um projeto concebido para dinamizar a atividade turística e foi construído com a intenção de promover o desenvolvimento socioeconômico do estado e conseqüentemente da porção sul da capital.

No final do ano de 1980, a área onde o projeto do Polo Cabo Branco foi construído começou a ser urbanizada, sendo assim, foram feitas vias de acesso como as que levam às praias da Penha e Seixas. Contudo, as transformações socioespaciais na área mesmo que de forma lenta, porém ascendente, vai colocando o bairro da Penha em evidência.

O bairro da Penha apresenta grande relevância cultural devido ao Santuário de Nossa Senhora da Penha erguido em 1763, localizado numa área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico da Paraíba (IPAHEP), contribuindo tanto para a valorização histórico-cultural do lugar quanto para o turismo religioso, e esse por sua vez alavanca a economia local fazendo com que cultura e economia caminhem juntas.

Como pode-se perceber a ocupação do solo urbano foi se estendendo em direção ao Litoral Sul que se tornou atrativo e valorizado, o mapa 08 mostra como se deu o uso e ocupação do solo de João Pessoa por zonas.

Mapa 08: Uso e ocupação do solo do Município de João Pessoa



Fonte: Secretaria de Planejamento/PMJP (2007).

4.1 Alterações Socioespaciais e Socioeconômicas na Comunidade

As transformações urbanas ocorridas em João Pessoa, em especial no litoral sul da capital, implicam em algumas alterações no âmbito socioeconômico. O turismo é uma ferramenta positiva do ponto de vista econômico para a área litorânea, mas, para a Penha ainda não consegue suprir as necessidades econômicas das famílias. As condições socioeconômicas e espaciais da população estão associadas a processos de exclusão/inclusão social.

A segregação espacial causa o aprofundamento das desigualdades. O poder aquisitivo acaba selecionando quem pode ou não morar em determinada área, e a própria administração municipal estimula a segregação social. A prefeitura move processos para retirar os mais pobres de ‘áreas nobres’. Os condomínios fechados constituem-se a figura mais emblemática do fenômeno de auto segregação das classes mais altas, frequentemente imersas na ‘cultura do medo’.

É preciso considerar que esses novos condomínios constituem um novo padrão de configuração espacial na cidade de João Pessoa. Eles traduzem, portanto novos valores e práticas socioespaciais. No espaço urbano, as emergências dos condomínios fechados horizontais têm grandes repercussões nas práticas segregacionistas. (BARBOSA, 2005, fl.127).

Para os moradores dos condomínios de alto padrão como, por exemplo, o condomínio Cabo Branco Prive no Portal do Sol conforme demonstra foto da figura 11 abaixo, a maior vantagem de residirem em tais lugares encontra-se no fator segurança, em seguida tranquilidade, liberdade e lazer.

A carência de áreas comerciais nas proximidades dos condomínios fechados da área do litoral sul foi sanada com a inauguração, em 2014, do Shopping Mangabeira, que atende a todas as classes sociais.

Figura 11: Foto da entrada do Condomínio Cabo Branco Prive (Portal do Sol)



Fonte: Acervo, Chris Nicolau (2010).

No bairro da Penha onde sua população segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2000 foi estimada em 773 habitantes conforme mostra a tabela 01 abaixo, pode-se perceber que as associações de lazer, representada na foto da figura 12 e as casas de veraneio estão cercadas por muros altos e equipamentos de segurança. Os condomínios fechados, prédios de apartamentos no seu entorno indicam claramente o caso de segregação.

Figura 12: Foto da Associação de Lazer AABB na praia da Penha



Foto: Acervo, Djalma Nascimento (2016).

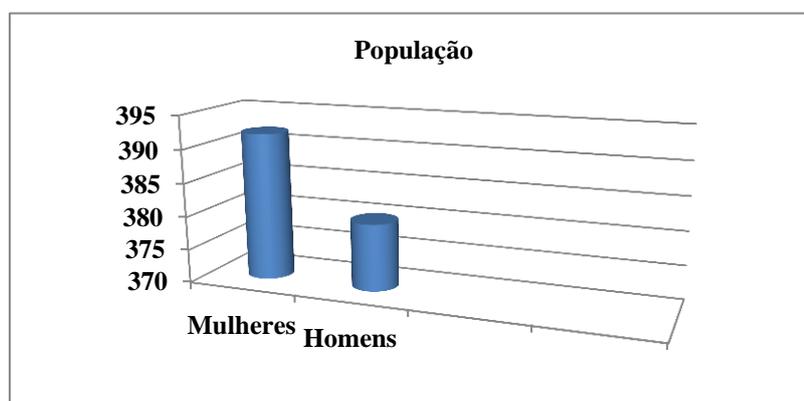
Tabela 01: População e domicílio da zona sul de João Pessoa.

Bairros da zona sul	Setores censitários	População	%	Domicílios	%
Altiplano	4	4151	4,8	1005	4,4
Brisamar	5	4148	4,8	1096	4,8
Aeroclube	7	4057	4,7	1169	5,1
Portal do Sol	1	1510	1,8	364	1,6
João Agripino	1	1206	1,4	325	1,4
Penha	1	773	0,9	173	0,8
Ponta do Seixas	1	383	0,4	111	0,5
Total	100	85637	100	22879	100

Fonte: Censo/IBGE (2000).

A população da Penha divide-se entre os moradores da parte alta (Praça Oswaldo Pessoa), baixa (beira mar) e os da vila dos pescadores. Segundo dados do IBGE mostrado na tabela 01 que totaliza a população, apresenta-se no gráfico abaixo a divisão dessa população entre homens e mulheres que está distribuída da seguinte maneira, população masculina representando 380 habitantes e a população feminina 392 habitante como se pode perceber.

Gráfico 01: População feminina e masculina no ano de 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010).

Nota-se a existência maior no número de mulheres do que homens conforme informações obtidas através do censo demográfico realizado no ano de 2010, para este bairro. A seguir na tabela 02, apresenta-se a faixa etária da população do bairro onde o maior número encontra-se na faixa que vai dos 15 aos 64 anos de idade.

Tabela 02: Dados da composição por faixa etária dos habitantes da Penha.

FAIXA ETÁRIA	HABITANTES	%
População de 0 a 14 anos	207	26,8
População de 15 a 64 anos	518	67,1
População de 65 +	47	6,1

Fonte: IBGE, Censo demográfico (2000).

A população do bairro da Penha, que antes das transformações espaciais ocorridas na comunidade tinha sua economia baseada na pesca artesanal, passou a buscar outras fontes de renda que garanta seu sustento e de seus familiares.

A pesca tradicional, atualmente não tão expressiva, envolve mão de obra familiar e embarcações de pequeno porte. As ferramentas de trabalho são o mangote, tarrafa, linha e caçoiera, e que já não fazem parte do ofício de alguns, porém por muito tempo garantiram o sustento da população. Poucos possuem barcos maiores com motor a diesel como mostra a foto da figura 13 a seguir.

Figura 13: Foto das embarcações de pesca praia da Penha



Fonte: Acervo, Djalma Nascimento (2016).

Contudo os pecadores da praia da Penha, diante de uma transformação radical do espaço impulsionado pela expansão urbana na área, a especulação imobiliária e o crescimento turístico, foram “obrigados” a pensar em outras formas de sobrevivência.

O cotidiano dos pescadores que não mais se traduz na pesca tradicional de arrasto ou de linha (até porque diante das alterações ocorridas não tem como viver da economia de subsistência onde parte do seu pescado é para consumo e a outra parte é comercializada), foi drasticamente alterado.

A atual ocupação do espaço passou a refletir no modo de vida dos moradores do bairro, os levando a procurar outras fontes de renda. Por volta de 1990 os mais jovens foram deixando a pesca artesanal e a agricultura de subsistência, incentivados pelo atual quadro instalado na comunidade, e abandonaram o ofício que era passado por gerações, e passaram a frequentar escolas e trabalhar nos bairros mais próximos e no centro da capital.

Os mais persistentes no ofício da pesca hoje estão organizados e fazem parte da Associação de Pescadores, criada na década 1990. A associação conta com 85 pessoas inscritas, havendo mais pescadores na área que não fazem parte da associação.

Há ainda aqueles que migraram para pequenos comércios como bares, mercadinhos e restaurantes de pequeno porte, sendo proprietários dos mesmos e empregando familiares.

Outra base da economia local se encontra no turismo religioso, com a tradicional romaria de Nossa Senhora da Penha, que movimentam os setores de trabalho diretos e indiretos, ilustrado através da foto da figura 13 abaixo, como é o caso dos comerciantes informais que desejam trabalhar no período da festa nas imediações do santuário. Os mesmos participam de um cadastro junto à associação de moradores.

Para os habitantes locais a romaria trata-se de um evento de alta relevância econômica para sobrevivência da população, e ainda coloca em evidência o bairro durante todo o ano, no que se diz respeito à visitação ao santuário por parte dos turistas.

Figura 14: Turistas movimentam o comércio informal no entorno do santuário.



Fonte: Acervo, Wilson H. Junior (2012).

4.2 Aspectos Culturais e do Turismo

Através das manifestações passadas como crença, arte e costumes a cada geração, a cultura local comprova a força e criatividade do povo da Penha. Para Santos (1996), a cultura é a forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é a herança, mas, também, um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio.

A cultura está intimamente ligada com a tradição que se perpetua através de gerações e que por sua vez organiza o espaço-tempo da sociedade local:

A tradição é uma maneira de lidar com o espaço-tempo que insere qualquer experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro estruturado nas práticas sociais recorrentes. (SILVA, 2006, fl.92).

O artesanato produzido na praia da Penha representa muito bem a cultura local da comunidade através das denominadas Sereias da Penha, um grupo de mulheres que produzem peças belíssimas como mostra a foto da figura 14 a seguir, e são conhecidas em todo Brasil e no exterior. A produção de biojoias contribui com a cultura e também gera inclusão social, renda e sustentabilidade e ainda atrai os olhares dos turistas que se voltam para visitação do bairro.

Figura 15: Foto de Biojoia das sereias da Penha



Fonte: Acervo, Flávia Carvalho (2015).

Outra grande marca da cultura do bairro está no Santuário de Nossa Senhora da Penha apresentado na foto da figura 15, fundado em 1763 e erguido no alto da falésia com vista para o mar. Lendas e histórias norteiam sua construção.

Muitas pessoas vêm de vários lugares para subir a escadaria da Penha e pagar promessas por graças alcançadas como bem demonstra a foto da figura 16. Há mais de duzentos anos é realizada a tradicional romaria da Penha, num percurso que se inicia na Igreja Nossa Senhora de Lourdes, percorrendo vários bairros da cidade de João Pessoa até chegar ao bairro da Penha no santuário onde os fiéis manifestam atos de fé e agradecimento.

Figura 16: Capela de Nossa Senhora da Penha



Fonte: Acervo, Djalma Nascimento (2016)

Figura 17: Foto de mulher pagando promessa na escadaria da Penha



Fonte: Acervo, Djalma Nascimento (2016).

Essas expressões culturais na Penha estimulam o chamado turismo religioso através principalmente da romaria da Penha, pois os fiéis, vindos de lugares distantes

fazem o trajeto até a capital João Pessoa por meio de excursões realizadas por agências de turismo.

O turismo religioso ocorre quando o sagrado migra como estrutura de percepção para o cotidiano, para as atividades festivas, o consumo, o lazer e, enfim, os turistas passam a viver eventos não mais vinculados à tradição cristã, mas, como experiências inusitadas, espiritual e consumista ao mesmo tempo (SILVEIRA ,2004).

V Alterações Ambientais na Penha Decorrentes do Processo de Urbanização.

O crescimento das cidades implica em formas de reorganização do espaço e das paisagens naturais. As recentes transformações urbanas ocorrem de maneira acentuada em nível mundial, desde o surgimento da indústria, que segundo Damas (2005), tem sido um dos principais fatores para a degradação do meio ambiente:

Além da expropriação do uso do espaço em favor dos interesses econômicos, a degradação ambiental é o reflexo direto deste processo, existindo ainda, uma desvalorização da paisagem natural, e uma valorização de paisagens artificiais, que surgem com o objetivo de intensificar a especulação imobiliária. (DAMAS, 2005, fl.94).

O modelo de planejamento e políticas públicas adotadas mediante o processo de urbanização tem gerado problemas de caráter econômico e socioambiental para população das cidades. Segundo Gomes (2012), a carência de políticas públicas no que se refere à criação de medidas de ordenamento no processo de ocupação, resulta numa série de problemas de caráter socioambiental.

A especulação imobiliária, acompanhada da crescente atividade turística e de lazer, produz mudanças significativas em algumas áreas como, por exemplo, no meio ambiente. Conforme Rogers (1997), o avanço da urbanização pode gerar pressão em áreas de preservação causando desmatamento, poluição de rios e ocupação em áreas ambientalmente frágeis.

Na comunidade da Penha a população economicamente ativa é formada basicamente por pescadores e pequenos comerciantes, que por gerações dependeram exclusivamente dos recursos naturais extraídos do mar para viverem.

As atuais mudanças espaciais transformam a população da comunidade em população urbana. A vida urbana por sua vez, acaba por muitas vezes afetando áreas ambientalmente frágeis como áreas de pesca, por exemplo, com a poluição de rios e mares, comprometendo os recursos naturais aquáticos e comprometendo a atividade pesqueira local.

Destacam-se nesse capítulo as alterações ambientais pela quais passa a área em estudo. Tal afirmativa é demonstrada na ação do Ministério Público Federal ao

promover em 2010 uma reunião com órgãos como SUDEMA, SEMAN, CAGEPA e SEINFRA para tratar dos impactos ambientais causados sobre a bacia do rio Cabelo que desemboca nas praias da Penha e Seixas. A área de mangue ali localizada sofre impacto devido a agentes poluentes lançados no rio.

Os rios, mares e mangues são áreas de alta relevância para a população, que dependem dela para sobreviver e não é diferente para a população da Penha, a foto da figura 18 revela a área de mangue local.

A pesca é realizada em um ambiente sujeito a diversos fatores naturais como clima, oscilações das marés e fatores antrópicos, como o manejo inadequado da natureza que tem acarretado diversos problemas.

Figura 18: Foto da área de mangue na praia da Penha



Fonte: Acervo, Djalma Nascimento (2016).

Segundo Dornelles e Dias (1996), dentre os impactos ambientais destacam-se a poluição, a destruição de recifes de corais, identificada na foto da figura 19 onde, mostra embarcações turísticas sobre os mesmos e o desmatamento de mangues, que comprometem a produtividade natural.

Dentre os moradores da Penha, existem aqueles que ainda persistem em permanecer na atividade pesqueira como forma de sobrevivência, mas acompanham de perto a degradação do ambiente aquático.

A qualidade de vida da população está diretamente relacionada a um meio ambiente saudável e equilibrado.

Figura 19: Foto de Embarcações turísticas sobre recifes de corais na Penha



Fonte: Acervo, Djalma Nascimento (2016).

A atividade turística praticada sem conscientização ambiental é um dos fatores responsáveis por alterar e degradar o meio ambiente. Segundo Dornelles e Neto (1996), há vários exemplos em muitas partes do mundo que indicam que o turismo só pode ser compatível com o equilíbrio de um dado meio ambiente se for cuidadosamente controlado.

Dentre os impactos ambientais causados pela atividade turística na Penha está assoreamento da costa, devido às ações humanas com destruições de corais, contaminação das águas de rios e mares, aumento da geração de resíduos sólidos, principalmente no mês da Romaria de Nossa Senhora da Penha.

Para que as casas de veraneio, os clubes de lazer e os condomínios residenciais de luxo sejam construídos, a paisagem natural é destruída, dando origem a um cenário artificial, esse fato pode ser visto através da foto da figura 20.

Remanescentes de mata atlântica são removidos e áreas de preservação ambiental são violadas para dar lugar a tais construções. É possível perceber que na Penha há várias dessas situações.

Figura 20: Foto de edificações em meio à vegetação natural



Fonte: Acervo, Djalma Nascimento (2016).

Em reunião realizada pelo Ministério Público Federal no ano de 2010 em João Pessoa, com representantes da SUDEMA, SEMAN, CAGEPA E SEINFRA, os órgãos comprometeram-se em tomar medidas necessárias para combater a degradação ambiental existente na comunidade da Penha, mediante o procedimento administrativo nº1.24.000.000152/2006-19.

Essas medidas se dariam através de fiscalização, aplicando-se autos de infração referentes a lançamentos de efluentes no rio Cabelo que pode-se perceber através da foto da figura 20 encontra-se em estado delicado ambientalmente.

A SEMAN (Secretaria Municipal do Meio ambiente) comprometeu-se em desenvolver na Praia da Penha iniciativas de educação ambiental e com relação à área de mangue, a SEINFRA (Secretaria de Infra Estrutura) reconheceu a existência de lançamento de efluentes por parte do condomínio Vilage Atlântico Sul e por parte da AFRAFEP, (Associação dos Fiscais de Renda e Agentes Fiscais do Estado da Paraíba) como também pelo clube de lazer AABB (Associação Atlética do Banco do Brasil).

Também foi constatado que o lançamento de lixo lançado pelos frequentadores da Praia da Penha é um fator relevante para poluição do rio e comprometimento dos seus recursos naturais.

Figura 21: Foto do Rio Cabelo poluído e com suas margens devastadas



Fonte Acervo, Ligia Tavares (2005).

O significativo aumento da ocupação urbana acarreta transformações diversas na comunidade da Penha. No que diz respeito ao meio ambiente, vários fatores conduzem para a busca por parte, principalmente dos pescadores, de atividades secundárias de renda, devido à diminuição do pescado acarretada pela poluição e degradação das áreas de pesca que se encontram comprometidas ambientalmente.

5.1 Ações que poderão contribuir para Sanar a Problemática Ambiental Local

Os problemas ambientais gerados pela expansão urbana são de responsabilidade compartilhada entre população, poder público e privado. Juntos devem assumir, através do diálogo, um compromisso, estabelecendo um conjunto de objetivos e metas a serem cumpridas em favor da preservação do meio ambiente como, por exemplo:

- Uma política de reestruturação turística eficiente e adequada;
- A adoção, por parte do poder público, de um modelo de expansão urbana com qualidade de vida e justiça social;
- Adoção de um plano de recuperação ambiental restaurando as áreas já degradadas e freando os desmandos já realizados como, desmatamento dos resquícios de Mata Atlântica e a derrubada de florestas e retirada de aterro de mangue;
- Campanhas de conscientização para preservação do meio ambiente;
- Fiscalização rígida sobre áreas de preservação ambiental;
- Punição rigorosa mediante violação as leis de proteção ambiental;
- Utilização racional dos recursos naturais garantindo sustentabilidade.

Diante do que foi exposto, pode-se afirmar que os problemas ambientais causados pela ocupação urbana desordenada, afetam a vida cotidiana de toda comunidade, principalmente os que sobrevivem dos recursos naturais.

Essa dependência dos recursos naturais por parte das comunidades litorâneas ocorre desde períodos pré-históricos. Segundo Vannucci (1999), as mais remotas tribos nômades já se apropriavam dos recursos oriundos da natureza para sobreviverem.

Porém, as grandes modificações causadas pelo processo de ocupação urbana afetam diversas áreas, umas mais que outras, e as áreas costeiras são mais preocupantes, pois apresentam grande diversidade de ecossistemas.

Considerações Finais

Diante do que foi exposto ao longo desse trabalho podemos afirmar que o crescimento das cidades extrapola os limites políticos e administrativos dos municípios. A ocupação do espaço pela sociedade evolui de forma transformadora ao longo do tempo.

O estudo aqui apresentado mostra como se deu a expansão urbana no Litoral Sul de João Pessoa e a atual situação do bairro da Penha, envolvido pelo crescente processo de urbanização introduzido nas áreas litorâneas.

A partir da década de 1990, essa área começa a passar por transformações sócias espaciais impulsionadas principalmente pela melhoria no sistema viário e pela atividade turística.

A pesquisa ora concluída contribui para o aprimoramento de um futuro planejamento e gestão pública nas áreas litorâneas. Os resultados mostram que o processo de urbanização não se limita somente aos aspectos espaciais, pois inclui também elementos socioeconômicos, já que este processo ocorre em bairros com população de baixa renda.

A intensa pressão imobiliária sobre esta área aumenta na medida em que as relações capitalistas de produção se intensificam, impulsionadas pela construção dos condomínios residenciais de alto padrão.

Percebe-se que o crescimento periférico urbano tem relação direta com as transformações no âmbito socioespacial, causando a segregação, como também causando alterações no ambiente natural, levando à degradação de áreas consideradas ambientalmente frágeis, como as áreas de pesca, e afastando os pescadores da atividade econômica pesqueira.

Segundo Júnior (2010), as transformações sócio espaciais levam a uma transição das atividades tradicionais como a pesca, para a uma atividade secundária devido à expansão das cidades.

A pesca artesanal deixou de ser a principal atividade econômica da comunidade da Penha, pois o contexto social, econômico e ambiental foi alterado diante do atual modelo espacial adotado.

Conforme Araújo (2015), a pesca artesanal não pode e nem deve ser vista ou incentivada como forma única de atividade de toda uma vida, pois o contexto espacial,

social e econômico se alterou e as reflexões acerca da pesca e do pescador devem mudar também, notadamente sobre a forma de se debruçar sobre as comunidades de pescadores tradicionais que agora são urbanas.

Os problemas ambientais existentes dentro do processo de crescimento das cidades vêm tomando maiores proporções. O aumento populacional nos espaços urbanos tem acarretado sérias consequências aos ambientes naturais.

Constatou-se que a expansão urbana na área de estudo avançou sobre o meio ambiente natural, ocasionando degradação das mesmas, como por exemplo, o caso de agentes poluentes lançados no rio Cabelo, comprometendo a qualidade da água e da vida aquática.

Portanto, pode-se afirmar que o processo histórico de expansão urbana em particular no bairro da Penha, tem duas faces, a que atrai para área em expansão o olhar do poder público ao introduzir investimentos como infraestrutura física, cultural, turismo e lazer, o olhar do setor privado em implantar comércio e serviços em áreas próximas, como a construção do Shopping Mangabeira.

A outra face é a que trata da expansão urbana desordenada, no âmbito social, segmentando espaços, responsáveis pela segregação. Com relação ao meio ambiente, promove a degradação do mesmo, sendo responsável por desmatamento de florestas nativas, poluição de rios e mares, que está relacionada com a questão econômica no que obriga a população que sobrevive economicamente da pesca a migrar para atividades secundárias como forma de sobrevivência.

Porém, não basta apenas esperar que o poder público crie projetos para sanar o problema. Vai, além disso, tratando-se da questão de união entre poder público, setor privado e comunidade local no combate aos fatores negativos acarretados por um processo inevitável e contínuo.

Referências Bibliográficas

AB’SÁBER, Aziz Nacib. **Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALMEIDA, Antonio Rafael Barbosa d.; BRAMBILLA, Adriana; PAIVA, Jamile. **TURISMO, SENSIBILIZAÇÃO E CIDADANIA NA COMUNIDADE DA PRAIA DA PENHA**. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes / Departamento de Comunicação e Turismo /Probex.

ALMEIDA, Nadjacleia Vilar; SILVA, Brunielly de Almeida; SILVA, Geovany Jessé Alexandre; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da. **Bodas Urbana da cidade de João Pessoa, Paraíba.: Análise Espacial comparada Entre Os Bairros Perifericos de Tecido Urbano**. XVI ENAPUR, 16. 2015. Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, **Sessões Temáticas**, 2015. 23p.

ARAÚJO, Ismael Xavier de; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SASSI, Roberto. **Economia da Pesca Artesanal: O Caso do Bairro da Penha em João Pessoa/Pb**. Revista Formação. João Pessoa: n.22, volume 01, p. 193-220, 2015.

ARAÚJO. Luciana Medeiros de, **produção do espaço intra-urbano e as ocupações irregulares** no Conjunto Mangabeira, João Pessoa – Pb. Disponível em www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/luciana_medeiros.pdf> Acesso em 20 de Abril de 2016.

BRITO, Luanny ; FERNANDES, Juliana; LEITE, Eugênio. **ESTUDO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NAS BACIAS DOS RIOS CABELO E JACARAPÉ, LOCALIZADAS EM JOÃO PESSOA – PB**. Disponível em <http://congressos.ifal.edu.br/index.php/connepi/CONNENPI2010> Acesso em 26 de Abril de 2016.

BARBOSA; Adauto G. **Produção do espaço e transformações urbanas nolitoral sul de João Pessoa – PB**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, DGEO/ PPGE, Natal, 2005.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**: disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado. acesso: 08/06/2016.

BRASIL, **LEI 7.661, de 16 de maio de 1988, Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7661.htm. Acesso em: 08/06/2016.

BRASIL, Constituição (1988). **Lei 11.428 de dezembro de 2006. Constituição da Republica Federativa do Brasil: Das Definições, Objetivos e Princípios do Regime Jurídico do Bioma Mata Atlântica**: Disponível em: www.planalto.gov.br-acesso em 10/06/2016.

CARVALHO, Flávia. **Sereias da Penha comercializa as biojóias**. 2015. Disponível em: <<https://sereiasdapenha.wordpress.com>>. Acesso em 06 de Abril de 2016.

C.N.M - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **PIB dos Municípios Brasileiros**. Disponível em: <www.cnm.org.br/institucional/conteudo.asp>. Acesso em: 26 de Abril de 2016.

COUTINHO, Leopoldo Magno. **O Conceito de Bioma**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abb/v20n1/02.pdf>>. Acesso em: 29 de Março de 2016.

DAMAS, Tiago. **Expansão Urbana e a Problemática Ambiental** – Estudo do Lago Jabuti. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em 29 de Março de 2016.

DIAS,Neto José; DORNELLES, Lia Drumond. **Diagnóstico da Pesca Marítima no Brasil**. Brasília: IBAMA, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant`Ana. **Povos e Mares: Leituras em Sócio Antropologia Marítima**, São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

_____, Antônio Carlos Sant`Ana. **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1996.

_____, Antônio Carlos Sant`Ana. **Enciclopédia Caiçara**, V. 1. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC/USP, 2004.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Cidades do Estado da Paraíba**. Disponível em <<http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br/pb/txt/muni.htm>> Acesso em: 26 de Abril 2016.

ESTADO DA PARAÍBA, **Constituição Estadual de 1989. Decreto 12.695, de 16 de fevereiro de 1989. Regimento Interno da Comissão de Estadual de Gerenciamento Costeiro**. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/meio-ambiente-dos-recursos-hidricos-e-da-ciencia-e-tecnologia/legislacao-meio-ambiente/>-. Acesso: em 08/06/2016.

ESTADO DA PARAÍBA, **Constituição Estadual de 1989, Lei 7.507 de 12 de dezembro de 2013. Institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado da Paraíba**. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/meio-ambiente-dos-recursos-hidricos-e-da-ciencia-e-tecnologia/legislacao-meio-ambiente/>- acesso em 10/06/2016.

GIA - Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais. **Sabendo Povoar Não Vai Faltar**. Revista do GIA. Curitiba: Funpar, n.03, p. 58, 2006.

GRIGIO, Alfredo Marcelo; SALLES, Maria Clara Torquato; SILVA, Márcia Regina Farias da. **Expansão Urbana e Conflito Ambiental: uma Problemática do município de Mossoró, RN-Brasil**. (No prelo).

GOMES, Manoel Waldir Queiroz. **Expansão Urbana o Estudo Sobre o Processo e Suas Consequências**. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/expansao->

urbana-um-estudo-sobre-o-processo-e-suas-consequencias/97228/. Acesso em 26 de Abril de 2016.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1997.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. **Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil**. Bayeux, 2008.

JOÃO PESSOA, **Lei Orgânica para o Município de João Pessoa**. Disponível em: http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wpcontent/uploads/2012/04/Lei_Organica_de_Joao_Pessoa.pdf?caee1-acesso em 2016.

JUNIOR, Ailton dos Santos. **AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS DO LITORAL DESANTA CATARINA: O CASO DA PRAIA BRAVA – ITAJAÍ/SC**. XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Anais Porto Alegre, 2010.

JUNIOR. Wilson Houck, **Santuário de Nossa Senhora da Penha - João Pessoa – PB. 2012**. Disponível em: < www.panoramio.com/photo/82858798> Acesso em 29 de Abril de 2016.

LAGO, L.C. **Estruturação urbana e mobilidade espacial: uma análise das desigualdades socioespaciais na Metrópole do Rio de Janeiro**. 1998. 254 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LAVIERI, João Roberto, LAVIERI, Maria Beatriz. **Evolução urbana de João Pessoa**. In: GONÇALVES, Regina Célia et. al. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LIMA, Gilmar Ferreira; MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Formação do Território Nacional e Poder Político**. João Pessoa: DGEOC. 2004.

LUCHIARI, Maria T. D. P. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

MACÊDO, Calênia de Souto; SILVA, Regina Celly Nogueira da. **A Urbanização Brasileira**. Disponível em: < www.ead.uepb.edu.br>. Acesso em: 26 de Abril de 2016.

Ministério Público Federal. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br> acesso em: 26 de abril de 2016.

MIRANDA, Luiz Bruner de, CASTRO, Belmiro Mendes de, KJERFVE, Bjorn. **Princípios de Oceanografia Física de Estuários**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

NETTO, Vinicius de Moraes. **A urbanização no coração da economia**. O papel das cidades no crescimento econômico. Arqutextos, São Paulo, ano 11, n. 126.02, Vitruvius, nov. 2010.

NICOLAU, Chris. **Urbanizar/ Portfolio**. Disponível em: <<https://urbanizar.wordpress.com>>. Acesso em 26 de Abril de 2016.

PAES, Marcelo Renato de Cerqueira. **Do azeite de mamona à eletricidade: anotações para uma história da energia elétrica na Paraíba**. 2.ed. João Pessoa: Rivaisa, 1994. 166p.

PNUD; FAO; IBAMA. **Mapeamento da cobertura vegetal nativa lenhosa do Estado da Paraíba in: Desenvolvimento Integrado no Nordeste do Brasil. Diagnostico do Setor Florestal do Estado da Paraíba (síntese)**. João Pessoa: 1994.

ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta**. Gumuchdjian.Lisboa: GG, 2001 (Copyright Richard Rogers 1997).

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, MacleidySynara Vitorino dos. 2003. **Aspectos Físicos e Estruturais para o Desenvolvimento da Atividade Carcinicultora**. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 56p.

Secretaria de Planejamento (Seplan). Imagem Quickbird 2007. **Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP)**. Disponível em <www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/seplan> Acesso em 20 de março de 20016.

SILVA, Alzení Gomes da. **O turismo e as transformações sócio-espaciais na comunidade de Nossa Senhora da Penha em João Pessoa – PB**. 2006. 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

_____, Alzení Gomes da. **REESTRUTURAÇÃO URBANA, TURISMO E SEGREGAÇÃO NO LITORALSUL DE JOÃO PESSOA-PB**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre 2010. Disponível em <www.agb.org.br/evento/download.php> Acesso em 18/04/2016.

EXERCITO Serviço Geográfico. **Mapa de Uso do Solo da Penha 1944**. Geoportal do Exército Brasileiro. Disponível em: www.geoportal.eb.mil.br/. Acesso em: 10 de Junho de 2016.

SILVA, Laurijane márcia G.; SARMENTO, Adalberto; SILVA, Maria Vilma Targino da; **Estruturação do Território Municipal Paraibano: na busca das origens**. 2003. Disponível em: <www.biblioteca.sebrae.com.br> Acesso em: 16 de Março. 2016.

SILVA, Maria das Neves da. 2004. **Aspectos da urbanização na zona costeira e seus efeitos no ecossistema de mangue**. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 36p.

SILVEIRA, Emerson J. Sena da .Turismo religioso popular? Entre a ambigüidade conceitual e as oportunidades de mercado. Espanha, Universidad de Jaén.

Revista de Antropologia Experimental, N°. 04, 2004. Disponível em:<www.ujaen.es/huesped/rae>. Acesso em 10/05/2016.

SPÓSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Mapa Uso do Solo 1970. Disponível em: www.sudene.gov.br/acervo. Acesso em: 06/05/2016.

TAVARES, Ligia. Leito do Rio Cabelo. 2005. Disponível em:<<http://www.ligiatavares.com/index.php?secao=foto&id=1>>- acesso em: 10/06/2016.

TAVARES, Ligia. Foto aérea da Penha. 2005. Disponível em: <http://www.ligiatavares.com/index.php?secao=foto&id=1>-acesso: 10/06/2016.

VANNUCCI, Marta. **Os Manguezais e Nós: Uma Síntese de Percepções**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.